



Gabinete do Primeiro Ministro

Mensagem para os Académicos de Coimbra Timorenses

O dia de hoje é um dia de celebração para todos os timorenses porque é um dia que nos faz recordar que há seis anos atrás, as filhas e os filhos de Timor, corajosamente, restauraram a Independência do País.

No entanto, Independência, Liberdade e Soberania são conceitos que nos trazem mais responsabilidade do que propriamente regozijo, já que presentemente cabe a todos nós timorenses, e não só aos líderes, a difícil tarefa de contribuir para a construção da nossa Nação, que foi concebida com tanto sacrifício.

A construção de um Estado de Direito Democrático é uma tarefa exigente e para a qual não existe uma receita instantânea de “melhores práticas democráticas” que coloque Timor-Leste, em meia dúzia de anos, no palco exemplar de exercício democrático. Em boa verdade, temos vindo a enfrentar várias provas de natureza política, económica, social e cultural, mas também de carácter militar e de segurança, que ameaçam a estabilidade do País.

Apesar das condições adversas, as Instituições do nosso País, apesar da pouca experiência temporal, têm vindo a enfrentar com firmeza e determinação as várias provas a que têm vindo a ser sujeitas. O empenhamento não só do Governo mas também dos outros Órgãos de Soberania, leva-nos a acreditar que estamos no rumo certo em direcção à estabilidade e ao desenvolvimento nacional.

É, porém, um longo caminho, sinuoso e exigente!

Enquanto Primeiro-Ministro, sublinho que as reformas que estão a ser implementadas para a melhoria substancial da qualidade de vida de todos os timorenses, foram devidamente ponderadas e tiveram em conta o vasto leque de prioridades que fazem parte da construção da Nação Timorense.

Como sabem Timor-Leste não comemora ainda o verdadeiro sentimento de liberdade, porque um País em que cerca de 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza, não se pode considerar verdadeiramente livre. O desenvolvimento social e humano também é um indicador de pobreza, que em Timor-Leste está muito aquém dos ideais desejados: com taxas de analfabetismo, taxas de subalimentação e de mortalidade materno-infantil e taxas de desemprego elevadas.

Os cuidados de saúde ainda não chegam a toda a população, existindo uma taxa de mortalidade elevada, associada às doenças de malária, dengue e tuberculose; as habitações são precárias; as infra-estruturas básicas são insuficientes, acentuando ainda mais as assimetrias regionais. Por outro lado, a estrutura legislativa continua incompleta e o sistema judicial frágil. A mulher continua a ocupar uma posição subordinada na sociedade, constituindo um desafio a melhoria do seu estatuto e a sua participação e representação em todas as esferas da vida.

Estes indicadores, aliados à escassez de recursos humanos qualificados, às características culturais e sociais da nossa sociedade e, incontornavelmente, ao facto de Timor-Leste ser um País de pós-conflito, que nos torna mais vulneráveis a conflitos internos, levam-nos a progredir muito lentamente na senda do desenvolvimento.

A adicionar a estes constrangimentos intrínsecos à nossa jovem Nação, o Governo que chefiou herdou ainda as pesadas consequências da crise política de 2006 que, de certa forma, levaram aos recentes ataques concertados ao Chefe de Estado e ao Chefe do Governo, no dia 11 de Fevereiro.

Esta crise abalou duas instituições fundamentais para a afirmação da soberania nacional: as F-FDTL, que viveram problemas graves que levaram à saída de quase um terço do seu efectivo (e que deram origem aos chamados peticionários) e o quase colapso da PNLT, demonstrando a fragilidade das suas fundações.

Neste sentido, na sequência dos atentados de 11 de Fevereiro, o Governo tomou medidas mais contundentes, propondo a declaração do estado de sítio e aplicando medidas restritivas de prevenção para impedir o escalar de violência dos grupos de apoio, e para efectuar as

investigações necessárias à captura dos responsáveis pelos atentados, ao mesmo tempo que reforçou a confiança nas instituições militares e policiais nacionais.

Para o efeito foi criado um Comando Conjunto, constituído pelas F-FDTL e parte considerável da PNTL, que esteve na base do êxito das operações que visaram a captura e a apreensão das armas daqueles que ameaçavam a coesão e a soberania nacional, restaurando-se assim a autoridade do Estado em todo o território nacional.

A reaproximação destas duas instituições que provaram que, quando confrontadas com objectivos comuns, trabalham bem e devidamente articuladas em prol dos desafios altamente exigentes da Nação, significa a reconquista da Soberania Timorense, pois as nossas Forças contribuíram para a Paz e Harmonia social, essenciais à consolidação de um Estado de Direito Democrático.

Por outro lado, todos os peticionários estão já acantonados em Díli e em breve serão processadas compensações financeiras para todos quantos optaram pelo regresso à vida civil e abandonaram definitivamente o desejo de reintegração nas Forças Armadas. Para aqueles que ainda aspiram voltar a vestir a farda militar, vão ser criadas condições para concorrerem ao processo de selecção para a próxima recruta.

Outra adversidade que este Governo herdou e que foi causada pelos conflitos que eclodiram em 2006, relaciona-se com os campos de deslocados. Milhares de pessoas, que viram as suas habitações serem queimadas ou que temeram pelas suas vidas, concentraram-se em campos improvisados para o efeito. O Governo tem-se multiplicado em esforços para cumprir um dever, que é do Estado, o de acabar com estes campos, sem descuidar o respeito pelos direitos humanos e a sua obrigação de protecção aos mais vulneráveis.

Registo, com satisfação, o recente desmantelamento total do campo situado junto ao Hospital Nacional Guido Valadares, por se ter encontrado uma solução para a recolocação das pessoas que ali procuraram acolhimento, pondo-se também, desta forma, termo a uma situação latente de perigo para a saúde pública.

Estamos conscientes que a completa normalização da sociedade timorense, através do eficiente desenvolvimento das políticas necessárias para o garante das condições de

segurança das populações, objectivo indispensável para o crescimento económico do país, levará ainda o seu tempo. Por isso, é nossa firme determinação que as F-FDTL e a PNTL continuem a trabalhar em conjunto, na exploração do sucesso das operações já levadas a cabo e na consolidação da ordem democrática do Estado de Direito. É também com este objectivo que a Reforma do Sector da Defesa e da Segurança e a capacitação e profissionalização das F-FDTL e da PNTL, não estão a ser desenvolvidos como processos autónomos e estanques, independentemente das suas características próprias e competências constitucionais atribuídas.

Para além dos esforços desenvolvidos para encontrar soluções que garantam a estabilidade nacional, este Governo tem vindo a criar as condições necessárias para ainda durante este ano, dar início à Reforma Administrativa. Isto significa que este Governo está empenhado em promover uma Administração Pública eficiente, independente e livre de corrupção – uma função pública que nutra uma cultura de governação democrática.

Este objectivo está intimamente ligado a uma Boa Governação, que implica mais transparência e profissionalismo no cumprimento das funções inerentes à função pública e também dos Governantes e tem como fim último: contribuir para a criação de infra-estruturas essenciais, melhorar a prestação de serviços, criar mecanismos que impulsionem a economia, e também, uma melhor actuação no sistema educativo e de saúde, incluindo um maior investimento na formação profissional dos nossos recursos humanos.

Este quadro de Boa Governação está estruturado em três pilares: i) a *Comissão da Função Pública*, para melhor recrutamento, nomeação e promoção dos funcionários públicos com base no mérito e imparcialidade, para garantir uma Função Pública com um alto padrão de integridade e profissionalismo; ii) a *Comissão Anti-Corrupção*, para minimizar o risco de corrupção no nosso País, prevendo-se a criação de mecanismos concretos e coercivos para um eficaz combate à corrupção e, iii) a realização de auditorias independentes aos departamentos e agências do Governo, reforçando o *Gabinete do Inspector-Geral* e tornando-o num auditor independente do Governo, a reportar directamente ao Parlamento Nacional.

Este Governo está ainda a dar um novo impulso ao sector primário, em particular à agricultura, que sendo uma das principais actividades desenvolvidas no País, tem vindo a ser descurada a importância do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Pretendemos então proporcionar mais benefícios económicos para este sector, melhorar a produtividade agrícola e, naturalmente, garantir uma maior segurança alimentar para toda a população.

Com vista a conceder aos timorenses uma maior participação nas decisões que são suas e também no reforço de conferir confiança, iniciámos o processo de estudos de descentralização e governo local em Timor-Leste. O quadro estratégico e o calendário de implementação está a ser amplamente discutido a nível dos distritos, subdistritos e sucos, a fim de se elaborar uma proposta de Lei a apresentar ao Parlamento Nacional, no sentido de criar uma estrutura de municípios a suceder ao actual sistema de distritos e subdistritos.

O Governo entende que a melhoria do sistema judiciário de Timor-Leste faz parte de um processo mais amplo da reforma do Estado e de desenvolvimento económico e social. Justiça que não é célere, eficaz e universal, contribui para um clima de impunidade, enfraquecendo a autoridade democrática do Estado. Neste sentido, consideramos prioritário consolidar uma cultura judiciária com tribunais que funcionem de uma forma imparcial, e diminuir o ritmo de casos pendentes, para aumentar a confiança das populações no sector da Justiça.

Isto implica um processo, já em curso, de reforma da administração da justiça e aceleração dos procedimentos processuais que, a par do desenvolvimento de capacidades na área criminal, com um eficaz sistema de prisões preventivas e de estabelecimentos prisionais, assim como de novas abordagens de combate à criminalidade e insegurança, fomentará a Justiça, a Segurança e o Bem-Estar de todos

E quando falamos em Justiça, não poderemos deixar de tomar em consideração outras áreas fundamentais ao processo de estabilização nacional que são, na sua essência, matéria de justiça social. A protecção e a solidariedade social são deveres constitucionais que têm que ser reflectidos em políticas sociais públicas específicas, orientadas para as camadas mais vulneráveis da população.

Ilustrativo desta ambição política que é o devolver a dignidade àqueles que vivem na pobreza, quando dedicaram toda uma vida de sacrifício à causa nacional, é a valorização dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional e também dos nossos Idosos, a quem

devemos todo o respeito. Assim, passados seis anos sobre a Independência, pela primeira vez e com este Governo, para além de iniciarmos o processo de pagamento de pensões aos idosos, começarão a ser pagas, já em Julho, as merecidas pensões aos nossos Heróis Nacionais, ou seja mais de 12.000 combatentes irão ser finalmente reconhecidos pelos serviços prestados à Pátria.

O combate eficaz contra a pobreza exige um levantamento de estudos compreensivos sobre as necessidades do País, para uma mais adequada planificação das soluções reais rumo ao desenvolvimento. Esta estratégia inclui a criação de uma Unidade de Planeamento Estratégico e Investimento, que irá transformar as dificuldades em desafios e estes em oportunidades. Oportunidades de investir na luta contra os obstáculos ao desenvolvimento.

Para a causa do desemprego e da insuficiência de rendimentos, o Governo está a rever as leis de investimento e outras essenciais (como a de propriedade de terras) e a cativar o investimento estrangeiro, procedendo inclusivamente à reforma tributária, reduzindo os impostos no sector não-petrolífero, por forma a aumentar as oportunidades de investimento privado.

Queremos também desenvolver o sector privado nacional, melhorando a eficiência dos gastos públicos para minimizar a concorrência desleal que possa surgir com o aumento de investidores estrangeiros que têm mais facilidades bancárias. Mas, mais do que isso, queremos promover também uma cultura de responsabilização, transparência e profissionalismo no sector privado timorense e para isso temos vindo a promover encontros regulares com estes, para no âmbito das reformas para uma boa gestão, sem corrupção e prestação de serviços de qualidade, venhamos a ter empresários timorenses, dos quais todos nos orgulharemos.

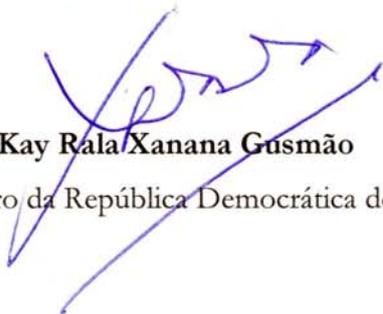
As medidas que acabei de descrever fazem parte do projecto arrojado que projectámos para o País. Mas, este é um projecto que não faz sentido sem o envolvimento de todos os cidadãos, pois este é um projecto comum que os timorenses começaram há mais de trinta anos e cujo sucesso depende da participação de todos.

A vós, **Académicos de Coimbra Timorenses**, faço o meu apelo para que o vosso árduo esforço de formação e aprendizagem de ferramentas para prepararem o vosso futuro, seja

também o futuro de Timor-Leste. A vossa formação académica é um instrumento essencial ao desenvolvimento do nosso País.

Desejo-vos os maiores sucessos profissionais e pessoais e espero encontrá-los em breve, a ocuparem quadros superiores nas instituições de Timor-Leste, em posições estruturantes para a consolidação do Estado Timorense.

Díli, 20 de Maio de 2008



Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste